

KOPSELL SOLUÇÕES E SERVIÇOS

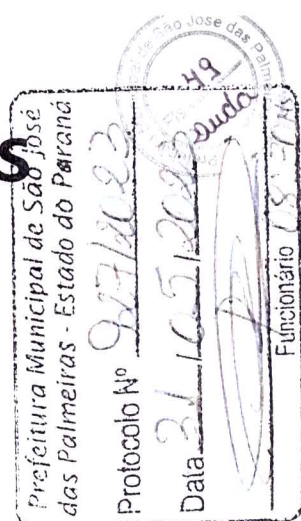
CNPJ: 49.922.956/0001-14

RUA PARAGUAI 890, SALA 02, CENTRO – SANTA HELENA/PR

FONE: 45 99956 7494

EMAIL: WKSOLUCOES.SERVICOS@HOTMAIL.COM

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGAO PRESENCIAL Nº 017/2023



OBJETO DO EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COLETOR E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS) PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA A REALIZAÇÃO DA LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO, INCLUINDO CALÇADAS, RUAS, ESTRADAS E VIAS DE USO PÚBLICO, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

A empresa **KOPSELL SOLUÇÕES E SERVIÇOS**, Pessoa Jurídica de direito privado, com sede na Rua Paraguai 890, Sala 02, Centro, Município de Santa Helena/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.922.956/0001-14, por seu representante legal, infra assinado, vem respeitosamente perante este município apresentar impugnação ao edital supra mencionado, pelos seguintes motivos:

- O Município deflagrou processo para contratação do objeto acima especificado.

- Da análise do edital percebe-se que exigiu, para qualificação técnica, "*8.15.1 - no mínimo 1 atestado de Capacidade Técnica (ou Declaração) fornecido por entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou por empresa privada, comprovando a prestação satisfatória de serviço; 8.15.2 – Para comprovação de compatibilidade quanto ao prazo, o (s) atestado (s) deverá (ão) comprovar a execução de serviço por período de no mínimo 01 (um) ano;*"

Paira sobre este tópico nosso questionamento, e discordância, pois, trata o edital de 2 funções, relativamente simples de execução, não carecendo destes, qualquer capacidade técnica, pois nenhuma exigência de instrução ou de formação é requisitada.

JECIAN GUSTAVO
KOPSELL:099949
94913

Assinado de forma digital
por JECIAN GUSTAVO
KOPSELL:09994994913
Dados: 2023.05.30
15:49:34 -03'00'

KOPSELL SOLUÇÕES E SERVIÇOS

CNPJ: 49.922.956/0001-14

RUA PARAGUAI 890, SALA 02, CENTRO – SANTA HELENA/PR

FONE: 45 99956 7494

EMAIL: WKSOLUCOES.SERVICOS@HOTMAIL.COM



Assim, não exigindo do prestador do serviço qualquer capacidade, parecem-nos bem incoerente exigir que a empresa tenha alguma, já que, (1) além de funções simples, e para as quais a coordenação é de inteira responsabilidade do Município, (2) são apenas 2 funções, totalizando apenas 7 funcionários contratados.

Ora, se uma empresa é aprovada para registro pela receita federal, vemos como habilitada para execução dos serviços a que se propõe executar, e, no caso em tela, trata-se apenas de registro como funcionário e a disponibilização destes ao município, não tendo que ter a empresa qualquer capacidade técnica, pois, basta registrar o funcionário. QUAL CAPACIDADE A EMPRESA PRECISA PARA TANTO?

Não há justificativa. Logo, não faz sentido tal exigência.

Desta forma, não havendo argumentos para justificar tal exigência, temos que o edital fere a lei de licitações, ao afrontar o artigo 3º da 8.666/93, o qual prevê em seu parágrafo primeiro:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos **(grifo nosso)**

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo **(grifo nosso)**"

KOPSELL SOLUÇÕES E SERVIÇOS

CNPJ: 49.922.956/0001-14

RUA PARAGUAI 890, SALA 02, CENTRO – SANTA HELENA/PR

FONE: 45 99956 7494

EMAIL: WKSOLUCOES.SERVICOS@HOTMAIL.COM



Assim, mantendo o edital da forma como está, fere-se o princípio legal da ampla competitividade, pois afasta qualquer interessado que não tenha **atestado de no mínimo 1 ano**.

Mas se trata-se basicamente de registro de funcionário: Por que exigir que o tenha a mais de ano? Qual a especialização verificada neste caso?

Completamente descabida exigência, ou a escrita, conforme está no objeto, de **empresa especializada**.

Se assim o fosse, somente poderiam participar empresas de grande porte que tem o serviço de contabilidade dentro da empresa, pois, fora esse caso, todas as demais pagam para um prestador de serviço da área contábil para que providencie registros e demissões de funcionários, logo, nenhuma tem a expertise de registro, pois quem efetivamente cuida dos papéis é um contador.

Assim, é obvio que uma empresa criada a pouco tem a mesma capacidade técnica de uma empresa criada a mais tempo, independentemente de ter prestado serviço por mais de um ano ou não.

Isto prova, sem sombra de dúvida que a exigência é apenas impeditiva, restritiva, para afastar possíveis licitantes, pois em nada soma ao edital, em nada dá segurança ao município de que terá empresa melhor executora dos serviços, portanto, não é aplicável a certame desta natureza.

Solicitamos que, caso o Pregoeiro não acate nosso pedido, seja o mesmo levado a crivo da autoridade máxima do município, nos termos da lei, para que este, com auxílio de sua assessoria, ordene cessamento do processo e reedição com as adequações necessárias.

KOPSELL SOLUÇÕES E SERVIÇOS

CNPJ: 49.922.956/0001-14

RUA PARAGUAI 890, SALA 02, CENTRO – SANTA HELENA/PR

FONE: 45 99956 7494

EMAIL: WKSOLUCOES.SERVICOS@HOTMAIL.COM



Por fim, almejamos resolver o caso na esfera administrativa municipal, para que não sejamos forçados a buscar o direito em outras instancias.

Santa Helena, 30 de maio de 2023

JECIAN GUSTAVO
KOPSELL:0999499
4913

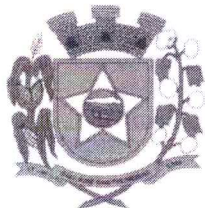
Assinado de forma digital
por JECIAN GUSTAVO
KOPSELL:09994994913
Dados: 2023.05.30
15:50:07 -03'00'

JECIAN GUSTAVO KOPSELL

CPF: 099.949.949-13

RG: 9.380.585-2

Representante da empresa



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 31 de maio de 2023.

Ao
Sr. Herbert Correa Barros
Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ref. Pregão Presencial nº 017/2023

Em 31 de maio de 2023, a empresa KOPSELL SOLUÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNJ/MF sob nº 49.922.956/0001-14, com sede na Rua Paraguai, 890, sala 02, centro - cidade de Santa Helena/PR, solicitou a Impugnação do Edital de Pregão Presencial nº 017/2023, cujo o objeto é a “contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços (Coletor e Auxiliar de Serviços Gerais), pelo período de 12 meses, para realização da limpeza urbana do município, incluindo calçadas, ruas, estradas e vias de uso público, junto a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras”.

Considerando a necessidade em dar continuidade ao processo licitatório acima citado, solicito que se posicione mediante a emissão de seu **Parecer Jurídico**.

Segue cópia do pedido da empresa acima mencionada..


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

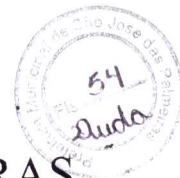


ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



PARECER JURÍDICO

Assunto: Impugnação ao Edital - PREGÃO PRESENCIAL N.º 017/2023

Impugnante: Kopsell Soluções e Serviços

Data: 31 de maio de 2023.

Solicitante: Licitação

I – RELATÓRIO:

Retorna o caderno licitatório para análise e emissão de parecer, diante do protocolo de Impugnação ao Edital, realizado no dia 31/05/2023, as 8 hs 30 min, subscrito pelo representante da empresa Kopsell Soluções e Serviços.

Em breve síntese, a Impugnante afirma que o edital encontra-se permeado por ilegalidades, especificamente quanto a exigência de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica.

Diz que se trata de duas funções terceirizadas que não exigem qualquer capacidade técnica, pois nenhuma exigência de instrução ou formação é requisitada.

Em suma, estes são os questionamentos trazidos pela Impugnante.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

II.I. Da Tempestividade:

Conforme já exposto em relatório, o protocolo da Impugnação se deu no dia 31/05/2023, data que coincide com uma quarta feira.

O edital prevê no item 10.1 que o interessado pode apresentar Impugnação ao Edital no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, vejamos o recorte:

10.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento para que sejam tomadas providências em relação ao Edital e seus Anexos ou para que sejam eles impugnados, desde que seja protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

Ainda, neste sentido, é importante recordar que a data da abertura dos envelopes fora fixada para o dia 06/06/2023, as 09 horas, ou seja, nota-se que o protocolo se dá de forma **tempestiva.**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



II.II. Da Qualificação/Capacidade Técnica:

Inicialmente, o inconformismo da Impugnante reside na exigência de que a pretensa empresa participante seja obrigada a apresentar 1 (um) atestados de capacidade técnica, e que tal exigência mostra-se desarrazoada.

Nota-se que tal exigência encontra-se descrita no item 8.15.7. do Edital:

8.15.1 - No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica (ou Declaração) fornecido por entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou por empresa privada, comprovando a prestação satisfatória de serviço;

Neste ponto, é imperioso recordar que a capacidade técnica a ser comprovada nos certames licitatórios divide-se em capacidade técnico-operacional (empresa) e capacidade técnico-profissional (responsável técnico).

A que está sendo exigida no presente certame é a primeira, a qual passaremos a analisar a legalidade.

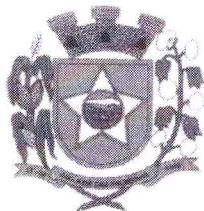
a) Da Qualificação Técnica Operacional:

Assim, ao tratar da qualificação técnica operacional Marçal Justen Filho no diz:

"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública".

Já a interpretação legal acerca das exigências de qualificação técnica e econômica se limita àquelas que são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Confira-se o disposto na Constituição Federal:

Art. 37, inciso XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33
Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



Também deve-se evidenciar o disposto no inciso II, do art. 30 do Estatuto das Licitações (Lei 8.666/93):

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Assim, a capacidade técnico-operacional serve para garantir segurança para a Administração no sentido de que o licitante tem condições e know how para a execução do contrato, caso seja o licitante vencedor.

No caso em apreço, observa-se que o objeto a ser licitado envolve a contratação de empresa especializada para terceirização de serviços de coletor e auxiliar de serviços gerais.

Portanto, a qualificação técnica diz respeito a expertise da empresa em tal área (terceirização), ou seja, ao contrário do que foi compreendido pelo Impugnante, **não se esta a analisar a complexidade do serviço a ser executado pelos funcionários.**

Pelo contrário, observa-se a necessidade de contratação de empresa que possua expertise na terceirização de serviços, haja visto que a pretensa vencedora deverá atender normas trabalhistas, previdenciárias, tributárias e de segurança do trabalho.

Destaco que jurisprudência dos tribunais laborais tem se posicionado por eventual responsabilidade do município tomador de serviços terceirizados, quando a empresa de terceirização é omissa ou negligente nas normas supra indicadas.

Sopesando-se as características do serviço a ser prestado, o qual necessita de expertise técnica, a fim de evitar a responsabilidade do município em eventuais demandas trabalhistas, exigir atestado técnico operacional mostra-se prudente.

Portanto, diante das peculiaridades serviços, nota-se que a exigência de 1 (um) atestado de capacidade técnica operacional mostra-se compatível com a segurança jurídica que a administração pública deseja proporcionar aos funcionários que serão contratados, a fim de evitar riscos trabalhistas, e, sem que isso inviabilize a participação/competição.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR



III – CONCLUSÃO DO PARECER:

Diante dos argumentos trazidos pela Impugnante, esta procuradoria manifesta-se pela improcedência dos pedidos.

Este é o parecer.



Documento assinado digitalmente

HERBERT CORREA BARROS

Data: 31/05/2023 11:04:51-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO